

Práticas de controle físico e simbólico no centro de Belo Horizonte

Leonardo Tadeu dos Santos
Felipe Mateus Assis Soares

INTRODUÇÃO

O uso de imagens nas ciências sociais apesar de pouco utilizado, apresenta um grande potencial informacional e de interpretações. Segundo Oliveira (2014), metodologicamente, as imagens permitem a realização de leituras das experiências vividas, dos conflitos, das representações e dos imaginários. Além disso, as produções e fotográficas têm ganhado espaço, não apenas como registros dos trabalhos de campo ou ilustrações dos textos, mas também como formas alternativas de construção de narrativas sensíveis sobre o universo investigado.



Dessa forma, pretende-se apresentar aqui o registro fotográfico sobre as práticas organizativas de controlar, em especial o controle sobre pessoas em situação de rua, na cidade de Belo Horizonte. Para tanto, neste estudo se entenderá pessoas em situação de rua como aquelas que vivem nas vias da cidade ou que passam por elas de maneira instável em relação as suas condições de vida e que dependem diretamente dos modos de trabalho caracterizados pela informalidade e clandestinidade (Honorato, 2014).

O conceito de controlar pode ser pensado de diversas maneiras e níveis, seja explícito, implícito, físico, simbólico, territorial ou de fluxo. O próprio ato de controlar nos remete a ideia de territorialização e conforme Bretas e Saraiva (2013) o conceito de território poderia ser determinado como o local em que indivíduos competem pela exclusão do outro ameaçador. O que vemos são as pessoas em situação de rua sendo tratadas e consideradas como esse outro, que por sua vez, só é outro por não se adequar a padrões, por não condizer com os costumes do "cidadão médio", por simplesmente não consumir.

Neste estudo serão tangenciadas todas essas formas de controle, destacando-se, porém, a utilização da arquitetura na construção dessa prática. As estruturas físicas voltadas para o afastamento e exclusão das pessoas em situações de rua são visíveis em vários pontos da cidade de Belo Horizonte e demonstram como os



espaços são construídos com base em interesses, muitas vezes de cunho econômico, e que acabam por excluir tais sujeitos da possibilidade do convívio.

Deste modo, esse registro fotográfico visa evidenciar essas formas concretas de controle presentes na arquitetura anti-mendigo e que refletem o pensamento e a ação de práticas organizativas na cidade, construída não somente pelo poder público, mas por diversos atores sociais que vão se pautar por regras morais, negociações, interesses, limites do formal e informal, que por si, demonstram um quadro generalizado de jogos de poder (Telles & Hirata, 2010).

A captura das fotografias foi realizada na região central de Belo Horizonte, seguindo um percurso que proporcionou a visualização da dinâmica das práticas de controle e a sua modificação desde o ponto inicial da coleta, situado na Rodoviária, até o seu ponto final, localizado na Praça da Liberdade. Tais pontos foram escolhidos deliberadamente, tendo em vista a possibilidade que esses territórios, mesmo próximos, tem de apresentar relações dicotômicas no que diz respeito ao modo de lidar com os interesses da classe que ali se instala e sua relação com as pessoas em situação de rua.

O percurso traçado proporcionou um rico acervo, foram capturadas cerca de 200 imagens que retratam a prática de controlar no centro da cidade de Belo Horizonte. Dentre essas inúmeras imagens, selecionamos as mais



representativas e que permitem a descrição da jornada de forma mais lúdica, evidenciando as práticas organizativas em cada ponto e permitindo enxergar as dicotomias existentes dentro dos espaços e territórios. É esse o percurso que a partir de agora colocamos aqui.

O CONTROLAR NO ESTIGMATIZADO “BAIXO CENTRO”

O “baixo centro” se apresenta como uma região de Belo Horizonte marcada pela convivência de vários grupos sociais. Facilmente podemos observar, em uma simples caminhada por essa região, as territorialidades impressas em cada ponto, em cada esquina e que permeiam todo aquele ambiente. Do lado de fora dos prédios antigos que dominam essa parte da cidade podemos perceber a relação de comerciantes, flanelinhas, prostitutas, catadores, vendedores ambulantes e transeunte. Todos intrincados em uma relação confusa que ilustra o intenso movimento característico deste ponto da cidade.

O caminho percorrido para realização dos registros fotográficos teve início na Rodoviária de Belo Horizonte, uma das regiões mais conhecidas pela aglomeração de pessoas em situação de rua. Ponto de partida e chegada, o terminal rodoviário da capital mineira se apresenta como um reduto de expectativas, esperanças e

oportunidades, mas logo ali já é possível observar para quem esses sentimentos podem se tornar realidade.

A figura 1 é obtida assim que saímos do terminal e logo nos evidencia um controlar bruto formado por estruturas físicas que impedem as pessoas de permanecer no local, e, por sua vez, ressaltam a ideia de “passagem” destinada àquele espaço, a ideia de que aquele ponto é apenas uma ligação, proposto como ambiente transitório de pessoas que possuem um destino, justificam o porquê dos elementos arquitetônicos daquele ambiente não promoverem o encontro e o convívio, pelo contrário apresentam como objetivo a expulsão e o afastamento de pessoas em situação de rua.

Vale ressaltar que essas barreiras físicas fazem parte da “Gestão da cidade”, segundo Carrieri e Maranhão (2009), que por meio do código de posturas (Lei nº 8.616 de 14/07/2003) pretende “disciplinar” o comportamento dos cidadãos e “revitalizar” o centro urbano da cidade. Tais concepções refletem o pensar e o planejar da cidade revelando os anseios de uma metrópole em se mostrar limpa e convidativa seguindo a busca incessante pelo status de cidade global, cidade a venda, cidade turística (Fix, 2009; Bretas & Saraiva, 2013; Cleps, 2009).

Figura 1: Estruturas metálicas



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

A figura 2 também capturada no terminal rodoviário apresenta um artefato de controle mais brando, porém não menos reflexivo sobre o caráter de passagem que aquela estrutura busca representar. Esse local é constituído em movimento, as pessoas se esbarram, mas não se propõem ao encontro. As placas estão ali, não agridem de forma direta, mas subjetivamente condicionam todo o fluxo de pessoas que ali transitam, a ideologia da “cidade mercado” impede que se perceba isso.

Figura 2: Controle de fluxos evitam encontros

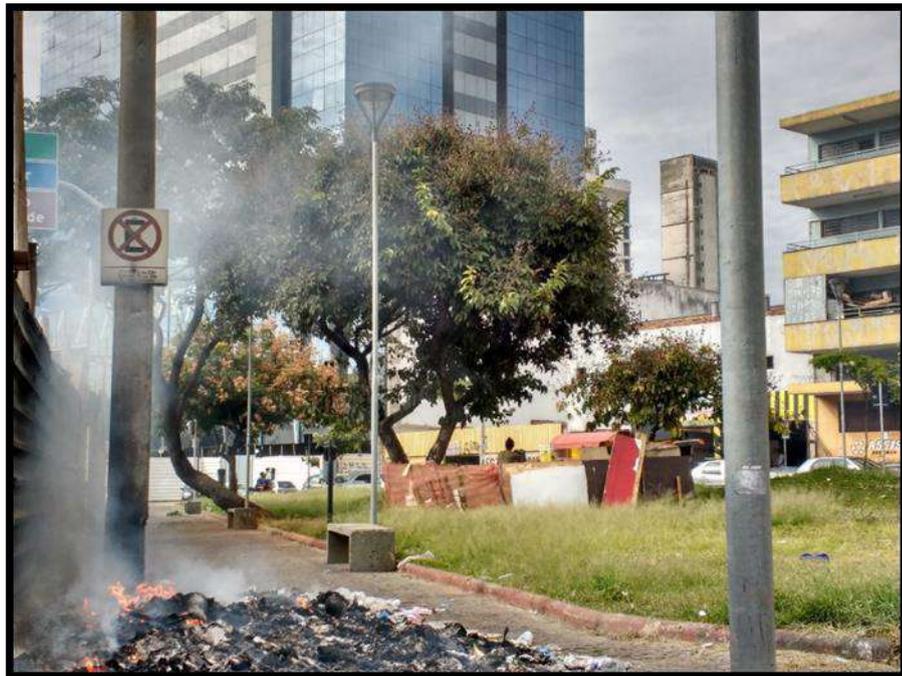


Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Apesar de ser considerado como um local menos desenvolvido da cidade, a lógica de cidade global já vem sendo construída no “baixo centro”, os diversos projetos de revitalização e higienização das vias que puderam ser observadas com o deslocamento dos camelôs para ambientes fechados, bem como as próprias estruturas arquitetônicas que vem aparecendo ali, são reflexo dessa mudança que acaba por tencionar a relação existente entre a lógica organizativa da cidade e aqueles que são considerados desinteressantes para a cidade do consumo.

Como evidenciado anteriormente essa região do hipercentro de Belo Horizonte é local de aglomeração de pessoas que estão à margem da dita sociedade padrão, e é caracterizada por sujeitos que permeiam as fronteiras do legal e do ilegal e que dessa forma perseguem a (sobre)vivência que lhes é oferecida (Teles & Hirata, 2007). A chegada do “progresso” e da necessidade de tornar o ambiente “asséptico” evidenciam novas disputas territoriais e começam a imprimir um controlar mais simbólico nessa região, característica de zonas mais nobres, como veremos mais à frente (figuras 3 e 4).

Figura 3: Dicotomia inscrita na cidade



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 4: Estruturas de papelão de pessoas em situação de rua em contraste com prédio moderno



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Apesar da coexistência das práticas organizativas do “controlar simbólico” com o “controlar objetivo” na região do “baixo centro”, o segundo modo é bem mais difundido nesses locais. Até a presença do poder público nesses pontos é diferente, marcado por estruturas fixas em áreas de maior incidência de delitos (leia-se furtos e roubos), o que representa o controle por parte do estado, constantemente voltado para uma ação ostensiva de abordagem de suspeitos, que

coincidentalmente sempre são negros, pobres e estigmatizados enxergados com preconceito por não darem sinais de poder aquisitivo e possibilidade de consumo, o que de fato interessa na visão dos grupos dominantes da sociedade.

Na esquina da rua São Paulo com rua Guaicurus, local tido como “inseguro” pela população no geral, nota-se a presença de um posto policial (figura 5). No dia da fotografia o posto encontrava-se vazio, porém no entorno daquele espaço havia vários policiais. A simples presença desta estrutura é um indicativo de controle, visto que a polícia tem como função a organização e o uso da coerção, caso necessário, em prol da ordem desejada pelo poder público.

Figura 5: Panóptico – a estrutura que observa: Instalação da PMMG no “baixo centro” como meio de reprimir ações daqueles tidos como à margem



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

De certa forma é importante ressaltar que essa mesma estrutura se apresentava com parte dos vidros quebrados, o que revela também uma imediata prática de resistência por parte daqueles ao qual o controle é imposto. É interessante ressaltar que esse tipo de posto policial não foi encontrado na região nobre da cidade, onde o policiamento é feito dentro de uma lógica móvel por carros oficiais. Outra forma de controle pode ser verificada no conceito do programa “Olho Vivo” que visa o controle da cidade à distância, imprimindo uma sensação de vigília constante no “baixo centro” (figura 6).

Figura 6: Câmeras do “Olho vivo” exercendo controle sobre os transeuntes



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Continuando a caminhada pelo centro de Belo Horizonte, é interessante notar como o controlar na cidade não é praticado somente por estruturas e mecanismos situados em órgãos públicos, o privado se apropria da mesma lógica e reproduz a exclusão daqueles que não possuem poder aquisitivo, aqueles que não se enquadram na lógica consumista que permeia o ideal das cidades mundiais.

O controle não parte só do Estado, no “baixo centro” os comerciantes da região também usam mecanismos físicos e territoriais para controlar o fluxo e a permanência de pessoas em situação de rua. Segundo Honorato (2014), as disputas pelo espaço entre a elite e o povo são contrapostas entre políticas de diversos tipos, engendradas pelas determinações das prioridades do governo e, por extensão, do mercado.

Nas figuras 7 e 8 é possível observar estruturas de aço comum nos estabelecimentos comerciais, utilizadas por muitos comerciantes nas portas de suas lojas no “baixo centro”, o intuito desse objeto é que os andarilhos não se aproximem e nem permaneçam em frente às vitrines, dessa forma, evita-se a desestabilização da ordem econômica que pauta as práticas e as ações da cidade como um todo.

Figura 7: Obstáculos físicos usados por comerciantes



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 8: Estruturas usadas por comerciantes do "baixo centro" para que pessoas não desejadas não se aproximem das vitrines



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Já na figura 9 e na figura 10, podemos perceber a segregação arquitetada no próprio espaço público, barreiras são impostas com o intuito de separar o estabelecimento comercial e os consumidores dos demais membros da sociedade, que ali não interessam. É possível ver de perto a lógica excludente impressa nos pilares das práticas de controle da cidade. A expulsão dessas pessoas dos comércios é vista como positiva por muitos comerciantes e consumidores.

Figura 9: Uso de divisórias para separar os consumidores das pessoas que passam na rua



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 10: Pessoas em situação de rua e o controle comercial na cidade



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

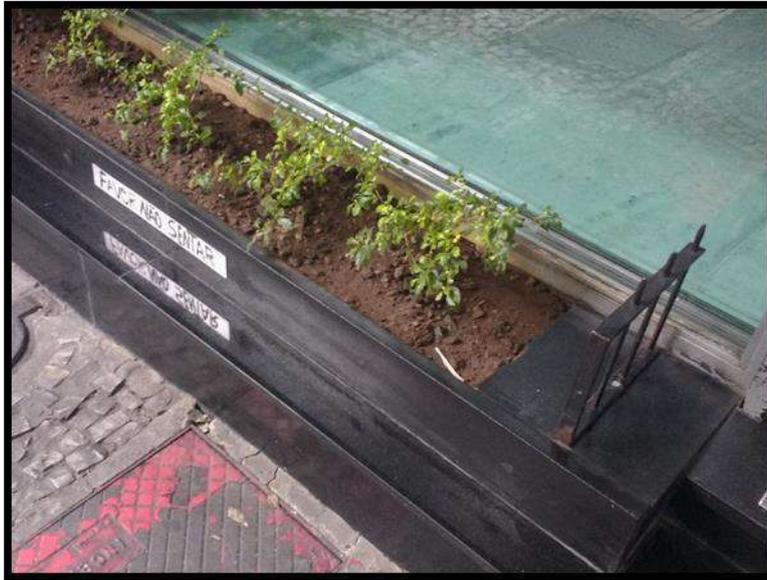
Já nas próximas imagens observamos a utilização de estruturas semelhantes, porém mais agressivas, que impedem não somente a aproximação e obstrução das vitrines no horário comercial, mas que também tem como objetivo impedir a utilização das soleiras e das entradas dos estabelecimentos como moradia eventual ou local de pernoite das pessoas em situação de rua (figuras 11, 12 e 13).

Figura 11: Entre, saia, mas não permaneça: estrutura instalada em diversos estabelecimentos comerciais do “baixo centro”



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 12: Entre, saia, mas não permaneça: estrutura instalada em diversos estabelecimentos comerciais do “baixo centro” da cidade



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 13: O comércio, a religião e a exclusão: Entrada de uma editora católica na rua da Bahia expressa a segregação por meio da instalação de estruturas antimendigo



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

O controlar na cidade de Belo Horizonte e o modo como esta prática vem sendo realizada se aproxima das ideias e ações de gentrificação aplicadas em cidades consideradas espelho para o mundo, como é o caso de Nova York e até mesmo São Paulo (Carman, 2010; Sanchez, 2001). A construção de uma cidade propicia para investimentos e consumo e a lógica de que se houver uma limpeza, um controle

que expulse as pessoas que não consomem, a cidade estará apta a receber as pessoas que podem consumir.

No entanto, tais medidas acabam por transformar a cidade em um lugar opaco, sem vida, não voltada para encontros, nem convivências, caracterizando-se pela individualidade e pelo convívio de particular. A forma como as estruturas são construídas já passam uma imagem de distanciamento, as ruas, as praças e as esquinas se tornam vazias e o lugar construído não promove a interação.

As figuras 14 e 15 exemplificam essa dinâmica e mostra o espaço “revitalizado” do, recém reformado, viaduto santa Tereza. A recente reforma do espaço, trouxe benefícios e um discurso de valorização do espaço para o encontro e práticas esportivas, como o skate, porém o que as fotos revelam é um ambiente completamente vazio em um dia de sol na capital mineira.

Figura 14: Revitalização frustrada: obras sob o viaduto Santa Tereza trouxeram beleza estética e afastaram encontros entre pessoas



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 15: Parte sob o viaduto Santa Tereza, vazia em uma manhã ensolarada



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Não tão perceptível, a mesma reforma trouxe também muitas formas de controle implícito. As figuras 16 e 17 parecem mostrar apenas um banco “normal” instalado no novo viaduto, entretanto, um olhar mais crítico nos revela que a estrutura de ferro no meio do banco tem como função o impedimento de que pessoas em situação de rua utilizem a estrutura como camas e não possam, dessa maneira, permanecer neste local confortavelmente.

Figura 16: O banco e o vazio: estrutura instalada nos bancos existentes sob o viaduto Santa Tereza, a estrutura inibe a sua utilização



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

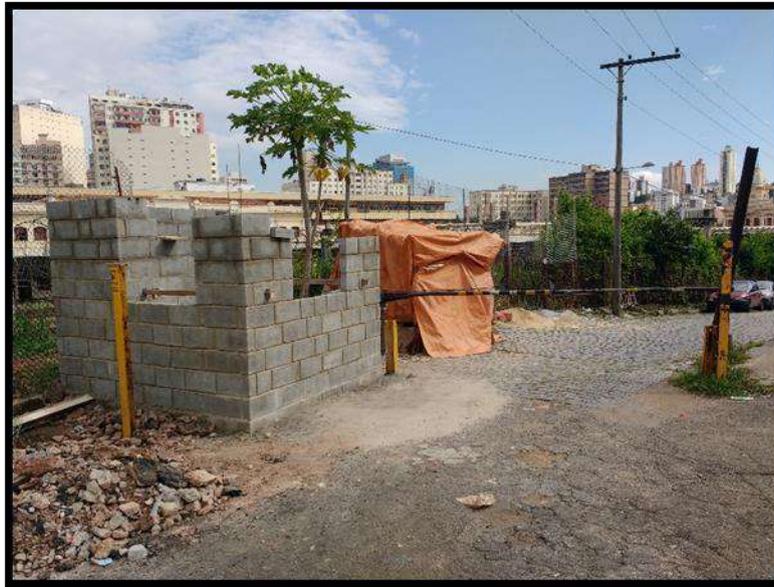
Figura 17: O banco e a impossibilidade do seu uso



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Ainda na região da Praça da Estação, no “baixo centro”, percebemos diversas formas de controle. Chama atenção a própria construção dessas práticas ocorrendo na cidade. No dia da coleta das fotos foi possível perceber essa dinâmica, representada pela construção de uma guarita na entrada da estação central do metrô de Belo Horizonte. O acesso a esse espaço sempre foi livre e a partir de agora começa a evidenciar ações voltadas para a padronização e “limpeza” daquele ambiente. Talvez pelo aumento do número de moradores de rua o acesso a essa área, seguindo a busca pelo conceito de cidade vitrine, restrito se torne (figuras 18 e 19).

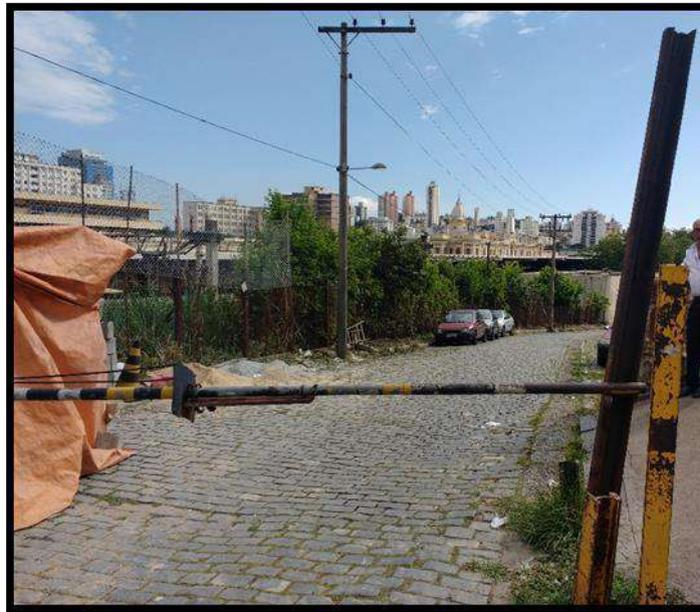
Figura 18: Construção de uma guarita na entrada da estação central do metrô



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Cabe ressaltar que nesse ponto do trajeto, ao começarmos a fotografar a guarita em construção, fomos abordados por um suposto vigia daquele espaço. Fomos indagados sobre o que objetivamente estávamos fotografando e com qual finalidade. Tal fato só corrobora com a lógica de segregação que a instalação daquela estrutura visa realizar, não seria absurdo pensar que em alguns meses, provavelmente o espaço estará sendo utilizado como um estacionamento particular.

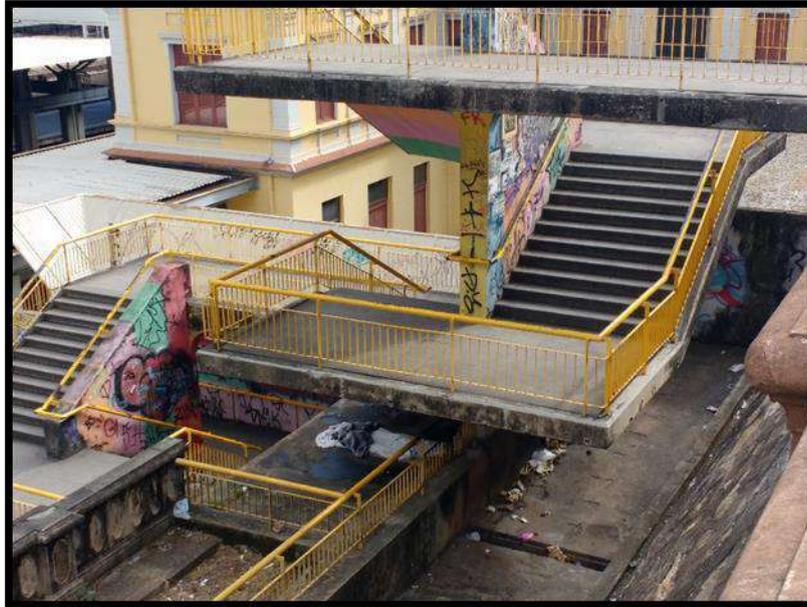
Figura 19: Construção de uma guarita na entrada da estação central do metrô



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Sem dúvida, no “baixo centro” os espaços públicos assumem diversos significados. Para alguns representam local de passagem, para outros local de trabalho e há ainda aqueles que consideram aquele espaço como moradia. Não é incomum observar, quando ainda não foram expulsas, pessoas utilizando as próprias estruturas como abrigo (figura 20).

Figura 20: A escada de acesso ao metrô e o local de dormir de um mendigo



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Porém, os muros, como não deixariam de ser, também figuram como estruturas que auxiliam o controlar na cidade e reafirmam a exclusão. Nas proximidades do metrô é possível perceber, claramente, o controle territorial que diferencia o poder público, a área privada e as pessoas em situação de rua. Na figura 21 se torna evidente a segregação espacial. Os muros delimitam o “o espaço dos mendigos”, ao mesmo tempo em que delimitam os seus “não- espaços”.

Figura 21: O contraste entre o tamanho de uma propriedade pública (CBTU/BH) e a área que pessoas em situação de rua ocupam



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

O OBELISCO E A TRANSIÇÃO

Ainda no ambiente do “baixo centro” agora em uma região próxima à Praça 7 de Setembro, conhecida popularmente como “Praça Sete” continuamos o trajeto em busca das práticas organizativas e começamos a observar a confluência entre os modos de controlar a cidade. A arquitetura antimendigo ainda é bastante presente, mas começam a se tornar comuns os artefatos de controle simbólico.

A região do hipercentro é local de instalação de organizações que possuem relevante importância econômica, simbolicamente ligadas a dinheiro, poder, consumo e status. Essas mesmas organizações não vêm atratividade no convívio, permanência ou no simples aparecimento de pessoas em situação de rua nos arredores de suas estruturas. No entanto, como a localidade ainda não é marcada por uma permanência da elite em suas vias, as práticas de controle ainda se apresentam de forma bastante ostensiva. Bancos e edifícios comerciais revelam o seu posicionamento em relação as pessoas em situação de rua (figuras 22, 23 e 24).

Figura 22: Estrutura pertencente a uma agência bancária no centro de Belo Horizonte. Controle ostensivo em relação à permanência de pessoas em situação de rua



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 23: Estrutura pertencente a uma agência bancária no centro de Belo Horizonte. Controle ostensivo em relação à permanência de pessoas em situação de rua



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 24: Edifício Acaiaca e arquitetura antimendigo visíveis em plena Avenida Afonso Pena



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

A praça sete pode ser submetida a uma analogia de separação, divisor de águas em relação ao perfil da população que transita e reside no “baixo centro” e a população que transita e reside na região centro-sul de Belo Horizonte. A partir desse marco temos a transição de um território permeado pela presença de pessoas e práticas características da sociedade à margem, onde podem ser observadas claramente estratégias de sobrevivência que se encontram na dobradura entre o lícito e o ilícito, e que não são representativos do poder de

consumo que interessa a elite. Já a região centro-sul de Belo Horizonte temos o território da classe média-alta da capital mineira.

O pirulito da praça sete é um monumento histórico e um marco da construção da cidade planejada, o obelisco representa o coração de Belo Horizonte e sua imponência traduz a virtuosidade e o progresso característicos da capital mineira. Foi utilizado como objeto representativo de diversos grupos ao longo de sua permanência na Praça Sete de Setembro, em determinado momento foi transferido para a Praça Diogo de Vasconcellos, na Savassi, local de encontro da dita elite belo Horizontina, mas depois de fortes reivindicações voltou para o seu local de origem (Werneck, 2013).

Conforme indicado, a Praça Sete é hoje a representação de um divisor de águas em relação as classes que vivem em BH, o pirulito em mais uma de suas ressignificações pode ser então interpretado como o marco da separação, a partir dali, subindo a Avenida Afonso Pena, teremos o simbolismo como a principal forma de controlar a cidade (figura 25).

Figura 25: O obelisco e a separação: monumento marca a transição do controle físico para o simbólico em relação às pessoas em situação de rua



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Deixamos o baixo centro e adentramos o território da elite, da classe alta, do consumo e da cidade que deve ser vendida para o exterior. Veremos nessa região a força existente na sutileza do simbolismo que reproduz a mesma ideia de segregação, higienização e exclusão presentes na arquitetura antimendigos tão comum no “baixo centro” e que visa trazer para Belo Horizonte um aspecto de cidade mundial, repleta de cultura e riqueza.

A REGIÃO CENTRO-SUL E O CONTROLAR SUTIL

Pouco depois de cruzarmos a região da praça sete, nos enveredamos pela Afonso Pena até o início da Avenida João Pinheiro que daria acesso a Praça da Liberdade, ponto final da proposta de nosso percurso. A medida que avançávamos no trajeto, notávamos cada vez mais dificuldade em encontrar estruturas voltadas para afastamento, repressão ou exclusão de pessoas em situação de rua, algo que, a princípio, não era tão esperado.

Notávamos, à medida que caminhávamos, estruturas cada vez mais imponentes, sedes governamentais como o Ministério da Fazenda situado exatamente na esquina entre Afonso Pena e Av. João Pinheiro, a sede da Prefeitura de BH, instituições de ensino superior como a Faculdade de Direito da UFMG, bem como uma transformação na própria estrutura dos estabelecimentos comerciais.

As formas de controle explícito nesses locais em nada se assemelhavam com as práticas observadas no “baixo centro”, não pudemos deixar de notar que aquele local apresentava características distintas e oferecia condições e estruturas incomuns para a região menos nobre do centro de BH. O controle mais visível era o de fluxo, avenidas largas, com ciclovias refletiam uma cidade que não era a



mesma vista anteriormente, pairava no ar uma beleza construída, voltada para o consumo.

As ciclovias não existem ou não são tão comuns na região abaixo do obelisco da praça sete, visto que aquela parte da cidade não é considerada como mercadoria. Na região centro sul, a própria passagem especial para ciclistas é uma estratégia de venda da qualidade de vida ali existente, da ideia de uma cidade que prima por uma vida saudável e pela prática de exercícios físicos. Pensem os senhores que diversas bicicletas podem ser alugadas nessa região através de um empreendimento construído por um banco privado (figura 26).

Figura 26: Ciclovias na Avenida João Pinheiro



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 27: Respeito à ciclovia, mobilidade e vida saudável somente para consumidores



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Ao final da Av. João Pinheiro chegamos à Praça da Liberdade, um dos principais cartões postais da cidade de Belo Horizonte, e antiga sede do governo de Minas Gerais. Marcado por um conjunto arquitetônico de inspiração europeia, altamente arborizado, o complexo da praça da liberdade abriga diversos museus e estabelecimentos voltados para a cultura como a biblioteca pública do município, observatórios espaciais e outras propostas de entretenimento que não são destinadas para a classe baixa, quiçá pessoas em condição de rua (figura 28).

Figura 28: Circuito Cultural Praça da Liberdade



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

A própria cultura pode ser vista como prática de controle na cidade. É perceptível que as atrações culturais no “baixo centro” em nada se comparam com as diversas opções da região centro sul. Nos entornos da praça sete recentemente foi restaurado e “revitalizado” o Cine Vallourec e, para além disso, não há nenhuma oferta para a classe baixa e/ou marginalizada.

Na outra parta da cidade, o considerado “lado bonito”, temos em uma pequena extensão territorial opções como Centro de Arte Popular da Cemig, Espaço do Conhecimento da UFMG, Memorial Minas Gerais VALE, Museu das Minas e do Metal, Museu Mineiro, Casa Fiat de Cultura, Cine Belas Artes, Biblioteca Pública,

Centro Cultural Banco do Brasil, entre outras diversas opções de teatro, casas de show e como não poderia faltar shopping centers.

As figuras 29, 30 e 31 ilustram alguns dos pontos situados nas localidades próximas à Praça da Liberdade e que integram o maior circuito cultural do país. Conforme os ideais de uma cidade global podemos notas que as ruas estão limpas, o conjunto arquitetônico é imponente, as pessoas estão bem vestidas, as arvores tornam o lugar convidativo, o trânsito não é caótico e tudo o mais que compõe a paisagem é exposto como se estivesse em uma vitrine.

Figura 29: Palácio da Liberdade – Representante do Poder do Estado e do controle simbólico que paira sobre essa região da cidade



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 30: Perspectiva da Praça da Liberdade – as ruas impecáveis e a arquitetura que vai do clássico ao moderno



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Figura 31: Museu Mineiro na Av. João Pinheiro



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Em um primeiro momento, tal conjunto arquitetônico representa a ideia de inclusão social, interação, encontro e diversidade, porém, com base no trajeto construído para esse registro fotográfico, vislumbramos que a disposição desses elementos não foi realizada por acaso e refletem um conjunto de concepções e interesses voltados para a comercialização da cidade e valorização da cultura elitista.

Não obstante, cabe dizer que o planejar e o organizar da cidade de Belo Horizonte, nessas regiões consideradas “nobres”, constituem a própria dimensão do

controlar, visto que subliminarmente existe um discurso de marginalização, exclusão e segregação daqueles que não podem ou mesmo não querem consumir a cidade da forma determinada pela legitimada ideologia do poder econômico.

Nesse local apesar de existirem pessoas em condição de rua o número dos considerados “pedintes” é muito menor. Não existem grande quantidade de vendedores ambulantes que tangenciam o ilícito, não há territorialidades explícitas ocupadas por prostitutas, traficantes, flanelinhas ou menores abandonados como foi visto no “baixo centro”, tampouco estruturas anti-mendigo explícitas, o controle é realizado de modo simbólico, a partir de mensagens sutis de que aquele local é destinado a um público específico, a elite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o registro fotográfico e os conceitos apresentados nesse registro fotográfico, podemos concluir que o controlar na cidade de Belo Horizonte apresenta duas características principais: O físico e o simbólico. No “baixo centro” caracterizado pela sociedade à margem, temos as práticas objetivas caracterizadas pela presença física, refletidas principalmente na arquitetura antimendigo. E, no outro extremo, temos na região centro-sul da capital mineira, um controlar caracterizado por simbolismos e expressões sutis de práticas



embasadas na segregação, marginalização e exclusão daqueles que não podem consumir, adequando-se a reprodução da homogeneidade da elite.

Vários pontos dicotômicos podem ser observados em um breve percurso pela cidade. A ação do poder público, principalmente em relação a polícia e o seu modo de ação, se diferenciam entre os dois polos do centro da metrópole. O controlar ostensivo e objetivo é imprimido no „baixo centro” enquanto o monitoramento por meio de rondas em carros de patrulha é realizado nas regiões mais nobres.

A arquitetura e o comércio também ilustram essas diferenças, principalmente quando pensamos as práticas do organizar e planejar que refletem o controlar implícito na paisagem. O baixo centro é marcado por conjuntos arquitetônico antigos, vielas escuras, praças e vias sujas, e por uma intensa aglomeração comercial, antigamente dominada por camelôs, atualmente representada por lojistas das mais diversas bugigangas e mercadorias de baixo preço importadas de países asiáticos.

Já a arquitetura da zona centro-sul reflete uma paisagem marcada por edifícios suntuosos e modernos, mansões, ruas amplas e arborizadas, além de um mercado consumista voltado para artigos de luxo. Galerias de arte, boutiques, restaurantes, supermercados gourmet e shoppings center dão o tom da

variedade comercial da zona mais nobre, preponderantemente branca e homogênea que simbolicamente afasta qualquer outro grupo da sociedade que não se enquadra nos padrões.

Nesse sentido conteúdo aqui exposto nos leva a uma reflexão sobre o próprio conceito de cidade, e sobre os questionamentos que devem pairar sobre o seu modo de construção. É possível controlar a construção do espaço e dos territórios? Até que ponto é possível controlar pessoas que não se enquadrem na lógica econômica que dita o ritmo do desenvolvimento das cidades? E nesse ponto, como as pessoas em situação de rua são manejadas pelo poder público e pelas elites?

Em relação às práticas organizacionais e os interesses que as embasam, temos de nos perguntar se é possível planejar espaços livres da presença de determinados grupos? Esse controle atende aos interesses da cidade como um todo ou só os interesses de quem a domina? E o mais importante, esse controle é completamente efetivo? As práticas de resistência e ressignificação podem afirmar que não e são pontos complementares que devem ser estudados para compreender a dinâmica da cidade.

REFERÊNCIAS

Bretas, P. F. F. & Saraiva, L. A. S. (2013). Práticas de controle e territorialidade na cidade: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. *Gestão.org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 11(2), 247-270.

Carman, M. (2012). ¿La clase social entre parêntesis? El caso de la aldea gay em Buenos Aires. *Katálysis*, 34(2), 281-296.

Carrieri, A. P., Maranhão, C. M. S. A., & Murta, I. B. D. (2009). Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1315-1342.

Cleps, G. D. G. (2009). Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). *Sociedade & Natureza*, 21(3), 327-339.

Fix, M. (2009). Uma ponte para a especulação- ou a parte da renda na montagem de uma "cidade global". *Caderno CRH*, 22(55), 41-64.

Honorato, B. E. F. (2014). *Ordem e subversão nas cidades: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.



Honorato, B. E. F. & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(36), 158-186.

Oliveira, R. C. A. (2014). O uso das imagens em pesquisas nas ciências sociais. *Revista de Administração de Empresas*, 54(2), 242.

Sanchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, 16, 31-49.

Telles, V. S. & Hirata, D. V. (2010). Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, 22(2), 39-59.

Telles, V. S. & Hirata, D. V. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, 21(61), 173-191.

Werneck, G. (2013). *Saiba como foi a construção do símbolo de BH, o Pirulito da Praça 7*. Estado de Minas, Belo Horizonte, Jan 2013. Recuperado em 20 abril, 2017, de: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/12/interna_gerais,342859/saiba-como-foi-construcao-do-simbolo-de-bh-o-pirulito-da-praca-7.shtml.

Entre o físico e o simbólico: práticas organizativas de controle no centro de Belo Horizonte

Resumo

O objetivo deste registro fotográfico é apresentar as práticas organizativas de controlar, em especial o controle sobre pessoas em situação de rua, na cidade de Belo Horizonte. Como metodologia, utilizo a análise de conteúdo proposto por Bardin (2009). Este trabalho contribui para reflexões sobre as práticas de controle e os estudos sobre cidades nos estudos organizacionais. Entendendo que o pensamento e a ação de práticas organizativas na cidade, são construídos não somente pelo poder público, mas por diversos atores sociais que vão se pautar por regras morais, negociações, interesses, limites do formal e informal, que por si, demonstram um quadro generalizado de jogos de poder. Os resultados encontrados nos levam a concluir-se que a região central da cidade de Belo Horizonte apresenta inúmeras formas de controle, sejam físicas, simbólicas e morais.

Palavras chaves

Controle; cidades; estudos organizacionais



Physical and symbolic control practices at Belo Horizonte downtown

Abstract

The aim of this photographic record is to present organizational practices of control, in particular the control of people in street, in the city of Belo Horizonte. As methodology, it was used the content analysis proposed by Bardin (2009). This work contributes to reflections about the control practices and studies about cities in organizational studies. Understanding that the thought and the action of organizational practices in the city are built not only by the government, but by various social actors who are going to be guided by moral rules, negotiations, interests, limits of formal and informal, which demonstrate a widespread framework of power games. The results lead us to conclude that the central region of the city of Belo Horizonte presents numerous forms of control, whether physical, moral and symbolic

Keywords

Control; cities; Organizational studies



Práticas de control físico y simbólico en el centro de Belo Horizonte

Resumen

El objetivo de en este registro fotográfico es presentar las prácticas organizativas de controlar, en especial el control sobre personas en situación de calle, en la ciudad de Belo Horizonte. Como metodología, utilizo el análisis de contenido propuesto por Bardin (2009). Este trabajo contribuye a reflexiones sobre las prácticas de control y los estudios sobre ciudades en los estudios organizacionales. Entendiendo que el pensamiento y la acción de prácticas organizativas en la ciudad, son construidos no sólo por el poder público, sino por diversos actores sociales que van a guiarse por reglas morales, negociaciones, intereses, límites de lo formal e informal, que por sí, Un cuadro generalizado de juegos de poder. Los resultados encontrados nos llevan a concluir que la región central de la ciudad de Belo Horizonte presenta innumerables formas de control, sean físicas, simbólicas y morales.

Palabras -clave

Control; Ciudades; Estudios organizacionales



Autoria

Leonardo Tadeu dos Santos

Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/4656813749210446>. <https://orcid.org/0000-0003-1909-2585>. E-

mail: leonardotadeu17@gmail.com.

Felipe Mateus Assis Soares

Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

<http://lattes.cnpq.br/6669088426055667>. <https://orcid.org/0000-0003-0700-3055>. E-

mail: f.mateus.as@gmail.com.

Endereço para correspondência

Leonardo Tadeu dos Santos. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade. Av. Antonio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 30270-901. Telefone: (+55 31) 34097042.

Como citar esta contribuição

Santos, L. T. & Soares, F. M. A. (2017). Entre o físico e o simbólico: práticas organizativas de controle no centro de Belo Horizonte. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1578-1626.

Contribuição Submetida em 12 jun. 2017. Aprovada em 18 jul. 2017. Publicada online em 27 dez. 2017. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 4 | N. 11 | DEZEMBRO | 2017 | ISSN: 2358-6311